



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL

MATO GROSSO DO SUL

MIRANDA PANTANAL



PROPEQ
PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS

SEBRAE/MS

Conselho Deliberativo Estadual

- Associação das Microempresas do Estado de Mato Grosso do Sul – AMEMS
- Banco do Brasil – BB S/A
- Caixa Econômica Federal – CAIXA
- Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul – FIEMS
- Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT
- Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul – FECOMÉRCIO/MS
- Federação das Associações Empresariais de Mato Grosso do Sul – FAEMS
- Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul – FAMASUL
- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica – SEGOV

Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/MS
Edison Ferreira de Araújo

SEBRAE/MS

Diretor Superintendente

Cláudio George Mendonça

Diretora Técnica

Maristela de Oliveira França

Diretor de Operações

Tito Manuel Sarabando
Bola Estanqueiro

Equipe responsável

Carlos Henrique Rodrigues Oliveira,
Cristiane Gomes Nunes, Cyndi Rangel
Isabella Carvalho Fernandes, Júlio
César da Silva, Kassiele Nardi, Marcia
Gonzaga Rocha, Paulo Madson de
Souza Barbosa, Sandra Amarilha

Governo do Estado de Mato Grosso do Sul

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

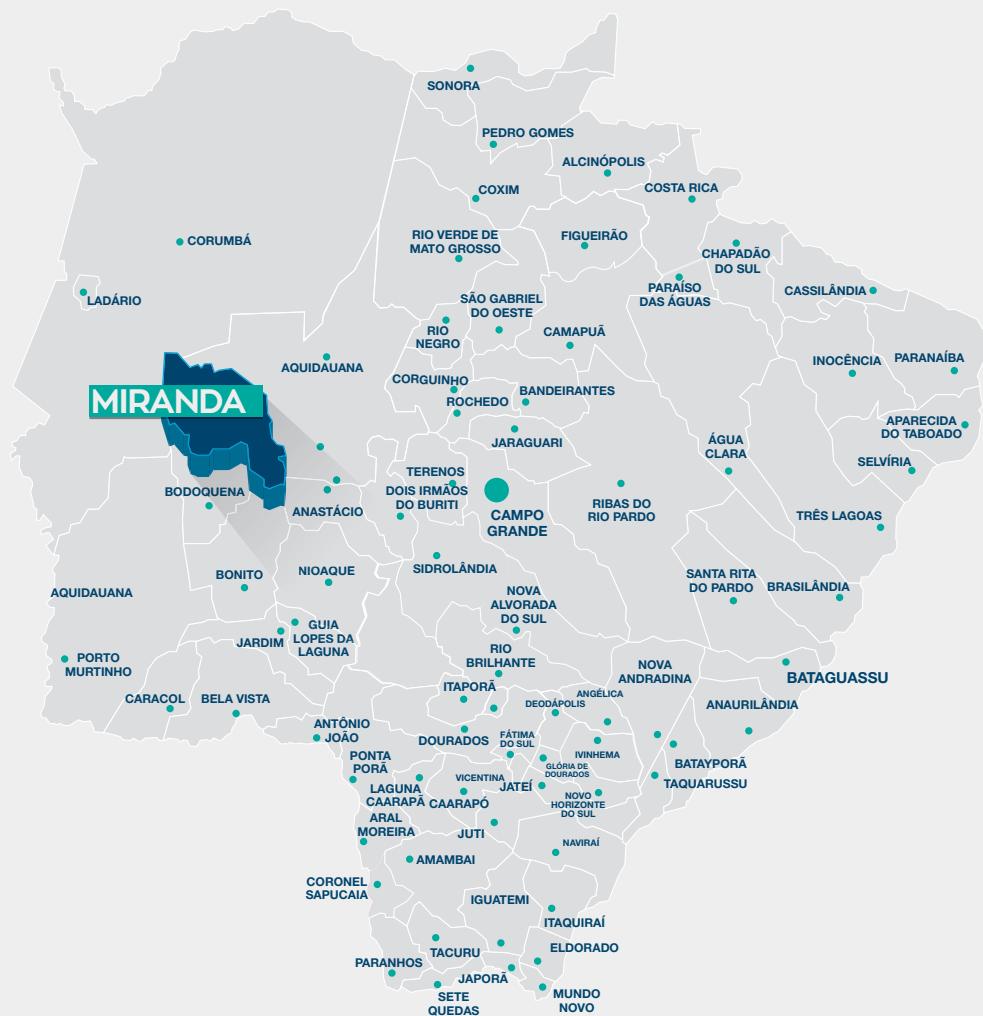
Jaime Elias Verruck

Secretário-adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

Ricardo Senna

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA

Endereço: Rua Doutor Alexandre A M Ferreira s/n, Miranda, MS
CEP: 79.380-000
Telefone: (67) 3242-1021



MAPA DE OPORTUNIDADES DO MUNICÍPIO DE MIRANDA

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	6
II. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO	6
III. ASPECTOS ECONÔMICOS	10
IV. EVOLUÇÃO RECENTE DOS PEQUENOS NEGÓCIOS	16
V. FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS	20
V.1. Aspectos físicos e naturais	20
V.2. Recomendação de exploração territorial	23
V.3. Infraestrutura e logística	28
V.4. Infraestrutura tecnológica	29
V.5. Políticas públicas	30
V.6. Investimentos públicos e privados	32
VI. OPORTUNIDADES PARA EMPREENDER NO MUNICÍPIO..	33
VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35

I. INTRODUÇÃO

A economia sul-mato-grossense vem se diversificando recentemente e em todas as suas regiões. Investimentos públicos e privados vêm sendo realizados, novas empresas vêm sendo abertas e novos mercados começam a surgir.

Diante deste cenário, é estratégico para o município identificar suas potencialidades e as oportunidades de negócios locais, em especial, aquelas voltadas para as micro-empresas e empresas de pequeno porte.

O objetivo do Mapa de Oportunidades é proporcionar ao município a apresentação de suas potencialidades e, com isso, auxiliar os empresários e empreendedores a tomarem suas decisões de investimento.

Este documento foi elaborado pelo SEBRAE/MS como resultado da compilação de informações obtidas no município, através de entrevistas, pesquisas de campo, coleta de dados e dinâmicas de grupos realizadas com lideranças, empresários e representantes de órgãos públicos.

II. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Miranda está situado na região do Pantanal do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede localizada a 182 km da capital. Seus limites são: ao norte com o município de Aquidauana, ao sul com o município de Bodoquena, a leste com o município de Anastácio e a oeste com o município de Corumbá.

A localização do município torna-se estratégica por estar na região do Pantanal no Estado de Mato Grosso do Sul, próximo a Aquidauana, Campo Grande e Corumbá, com excelente ligação em relação aos principais mercados do Estado e do País. A existência de boas ligações rodoviárias e com a ferrovia passando pela

cidade, propicia condições atrativas com todas as dimensões do Estado e com o Porto de Paranaguá, Porto de Santos. Existe também as possibilidades de ligação ao Pacífico, em caso de funcionamento do Porto de Porto Murtinho ou Corumbá. Com a passagem da Rodovia BR 262 pela cidade, um grande número de turistas circula com destino para Corumbá, Ladário, Bodoquena, Bonito e outras regiões do entorno do Pantanal e podem ser alternativas para o aumento de negócios locais.

A existência de Miranda deve-se, de alguma maneira, ao desbravamento dos rios Miranda e Aquidauana. Em 1778, o Capitão João Leme do Prado lançava os alicerces do Presídio de Nossa Senhora do Carmo do Rio Mondego.

A fundação do presídio tinha por objetivo principal precaver-se contra possíveis investidas dos castelhanos de Assunção que tinham por base de operações o Fortim de São

José, à margem do Rio Apa. O novo povoado crescia vagarosamente, lutando sobretudo, com a falta de melhores meios de navegação pelo Rio Mondego, atual Miranda, sobrevivendo graças ao ideal dos que lançaram seus fundamentos. A manutenção do povoado era penosa, todavia, em 1797 já apresentava 40 casas de pau a pique e de adobo, todas cobertas de telhas; já estava delineado o traçado da rua principal denominada de Nossa Senhora do Carmo, atualmente Rua do Carmo, bastante extensa, indo atingir as barrancas do Rio Miranda. A localidade já contava com 500 habitantes, entre os quais um razoável número de silvícolas pacificados.

Vários anos mais tarde, o Capitão Francisco Rodrigues do Prado, irmão do fundador do presídio, empenhou-se no sentido de conseguir sua elevação à vila, o que sucedeu em 1857, por Lei Provincial, recebendo o nome de Miranda.

Posteriormente, visando a proteção

da vila, o Governo Imperial determinou a fundação da Colônia Militar de Miranda. Com a instalação das tropas militares, a vila iniciou uma fase de rápido crescimento. Em 1912, eram inaugurados o telégrafo e a estação ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, fato que muito concorreu para o progresso do município, criado em 1911. O topônimo Miranda foi adotado em homenagem a Caetano Pinto de Miranda Montenegro, 6º Capitão-General das capitâncias de Mato Grosso e Cuiabá (IBGE, 2015).

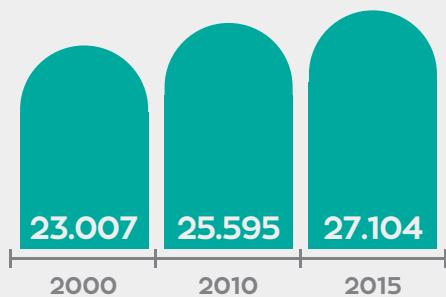
Os dados do IBGE/2010 apontam o município com uma área de 5.478,80 km² representando 1,52% da área do Estado. A densidade populacional em Miranda era em 2015 de 4,95 pessoas por km², enquanto a média do MS era de 7,36 pessoas por km².

O município tinha em 2015 27.104 habitantes, segundo a estimativa do IBGE. A população do município cresceu 18% entre 2000 e 2015 em um ritmo mais lento que a média do

Estado de MS (28%). A taxa média de crescimento anual da população de Miranda neste período foi de 1,1% e a do Estado de 1,64% (IBGE, 2014).

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

Município de Miranda/MS



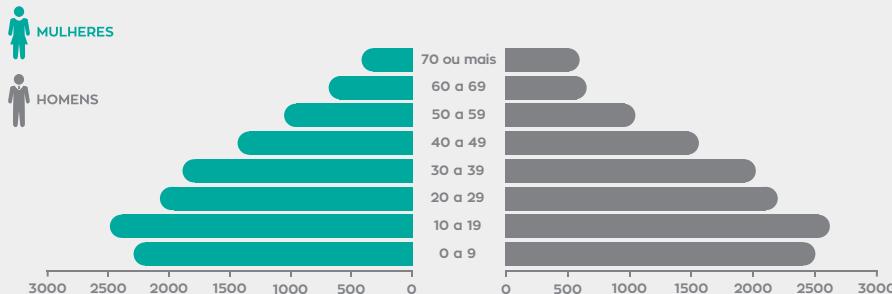
Fontes: IBGE in NIT (Censo de 2000 e 2010) e IBGE (Estimativa de 2015)

O processo de urbanização foi intenso no município. Em 1991, cerca de 47% da população morava no campo. A população rural aumentou 6%, enquanto a população urbana cresceu 46%, chegando a representar 61% da população total do município (IBGE, 2010).

A pirâmide etária da população é a distribuição dos indivíduos de uma população segundo diferentes grupos de idade (classes etárias).

PIRÂMIDE ETÁRIA

Município de Miranda/MS



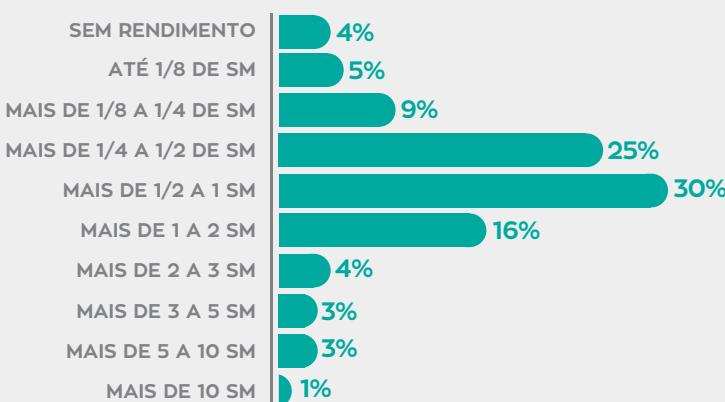
Fonte: Censo 2010 - IBGE

A estrutura etária da população mirandense pode ser dividida em três grandes grupos etários: jovens de 0 a 14 anos (29%), adultos de 15 a 60 anos (62%) e idosos, acima de 60 anos (9%). A grande

maioria dos moradores está na faixa adulta composta por 51% de homens e 49% de mulheres. Aproximadamente 86% das pessoas com mais de 5 anos são alfabetizadas (IBGE, 2010).

DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR RENDIMENTO PER CAPITA - 2010

Município de Miranda/MS



SM: salários mínimos

Fontes: IBGE in NIT (Censo de 2010)

Entre os anos censitários de 2000 e 2010, a quantidade de pessoas do município de Miranda aumentou 11%, mas com a diminuição do tamanho médio das famílias, o número de domicí-

lios cresceu 31% no mesmo período, passando de 5.433 para 7.127 domicílios no município. O gráfico anterior mostra a distribuição dos domicílios segundo renda per capita.

III. ASPECTOS ECONÔMICOS

No município de Miranda, 1,9% da área era dedicada, em 2006, à agricultura, principalmente às culturas temporárias e 69% da área era de pastagens, que abrigaram 356.998 cabeças de bovinos em 2014 (IBGE).

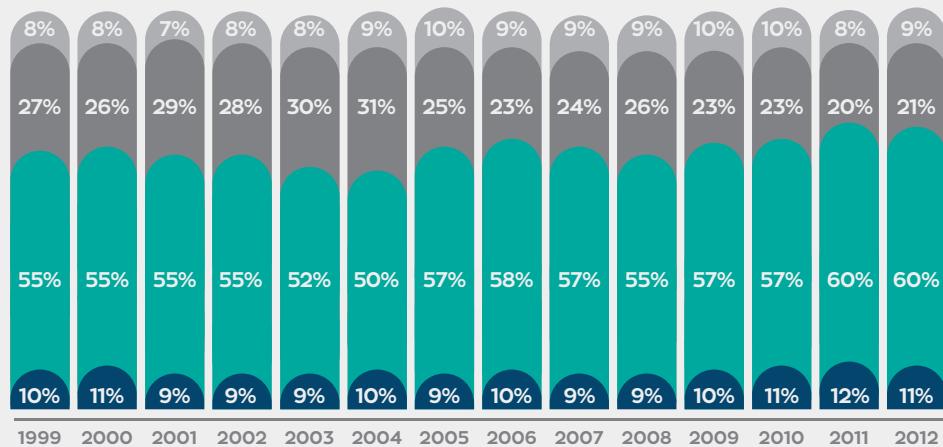
As culturas temporárias são aquelas que precisam ser replantadas após a colheita. A cultura temporária no município de Miranda se concentrou, em 2013, no cultivo de arroz que ocupou 69% da área de culturas temporárias. As culturas permanentes limitaram-se a 5 hectares de cultivo de banana e 4 hectares de cultivo de laranja. Dentro os produtos de origem animal, em 2013 destacou-se a produção de 2,7 milhões de litros de leite e 5,2 tonela-

das de mel de abelha (IBGE).

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região, durante um ano. Em 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Miranda atingiu R\$ 282.839.000,00. Encontra-se na 33^a posição no ranking do Estado. Considerando a população estimada para o mesmo ano pelo IBGE, o PIB per capita, valor médio por habitante, produzido no município no ano, correspondeu a R\$ 10.884,28 sendo 50% inferior ao valor médio do Estado de Mato Grosso do Sul, para o mesmo ano, de R\$ 21.902,00.

COMPOSIÇÃO DO PIB

Município de Miranda/MS



Fonte: Semade/MS e IBGE

O setor que mais gera valor no município é o de Comércio e Serviços, que vem aumentando a sua participação nos últimos anos. O setor agropecuário apresentou expressiva participação no valor da produção de 2012, contribuindo com cerca de 21% do PIB municipal, enquanto em nível estadual chega a apenas 12%.

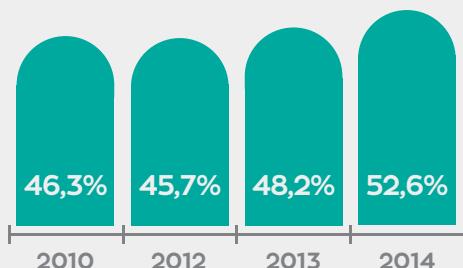
A População Economicamente Ativa

representa os recursos humanos de uma economia. Corresponde à parte da população residente que se encontra em idade de trabalhar e disposta a trabalhar, esteja ou não empregada. Os dados censitários mais recentes (2010) apontam que a População Economicamente Ativa do município de Miranda era de 10.746 pessoas, correspondente a 52% da população, sendo que a média do Estado de MS é de 61%.

O gráfico a seguir mostra a evolução da proporção de famílias do município auxiliadas pelo benefício social do Bolsa Família. Em 2014, último ano disponível, havia no município 3.026 famílias beneficiadas.

PROPORÇÃO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO BOLSA FAMÍLIA

Município de Miranda/MS



Fonte: NIT/Sebrae

Em Miranda, entre 2010 e 2014, a proporção de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família aumentou de 46,3 para 52,6%. Essa proporção manteve-se superior à média do Estado e o ritmo desse aumento superou o registrado no total de famílias beneficiadas no Estado de MS, que passou de 19,2% para 19,6%.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem por objetivo avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população, partindo do pressuposto de que é preciso ir além do viés puramente econômico. O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão da liberdade das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável (saúde), ter acesso ao conhecimento (educação) e poder desfrutar de um padrão de vida digno (renda) (PNUD, 2013).

O IDH varia entre zero e um, e mostra que quanto mais próximo a 1, mais desenvolvida é a região. No Brasil a metodologia adaptada para os municípios gerou o IDH Municipal (IDHM). Seus resultados são divididos em cinco classificações: de 0,000 a 0,499 é considerado grau de desenvolvimento Muito Baixo; de 0,500 a 0,599 é considerado Baixo; de 0,600 a 0,699 é considerado Médio; de 0,700 a 0,799 é considerado Alto e de 0,800 a 1,000 é considerado Muito Alto.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)

Município de Miranda/MS

Ano	Ranking Estadual	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
1991	49º	0,389	0,556	0,639	0,166
2000	69º	0,500	0,595	0,708	0,297
2010	71º	0,632	0,638	0,782	0,507

Fonte: PNUD Brasil. Cálculo realizado de 10 em 10 anos.

O município de Miranda, em 1991, possuía um IDH considerado muito baixo. Em 2010, apesar de, em termos de ranking, ter rebaixado a sua posição, em termos de desenvolvimento, o município de Miranda, apresentou melhorias nas condições de vida da população. O fator principal que levou ao aumento do IDH foi a melhoria na educação.

Outro índice que visa mensurar o grau de desenvolvimento é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. O IFDM acompanha anualmente

o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) com o objetivo de classificar o nível de desenvolvimento de cada localidade em quatro categorias:

- Baixo (resultado inferior a 0,4);
- Regular (resultado entre 0,4 a 0,6);
- Moderado (resultado entre 0,6 a 0,8);
- Alto (resultado superior a 0,8).

Quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento da localidade.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM)

Município de Miranda/MS

Ano	Ranking Nacional	Ranking Estadual	IFDM Consolidado	Educação	Saúde	Emprego & Renda
2005	3233º	66º	0,5064	0,5137	0,4573	0,5484
2011	4323º	72º	0,5307	0,5906	0,5463	0,4553

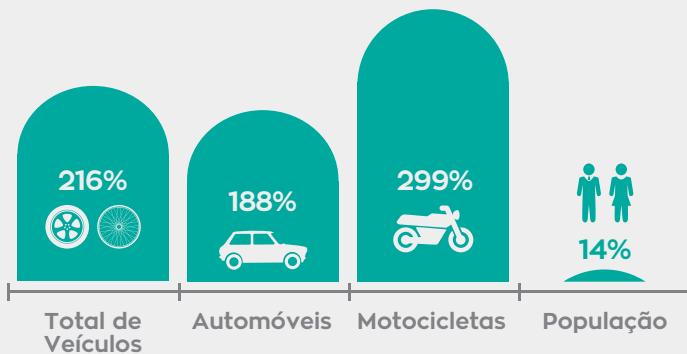
Fonte: FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro)

Segundo o IFDM, o município de Miranda, não apresentou, nos últimos anos, evolução favorável em relação a outros municípios, tanto em nível nacional quanto em nível estadual.

De 2005 para 2011, manteve-se no nível de desenvolvimento regular. Este índice mostra que a área com maiores ganhos no município foi a de saúde.

CRESCIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E DA POPULAÇÃO ENTRE 2002 E 2014

Município de Miranda/MS



Fonte: DENATRAN (2014)

A frota de veículos cresceu no município de Miranda mais rapidamente que a população. Entre os anos 2002 e 2014, a população aumentou 14%, enquanto a frota total de veículos cresceu 216%, em especial de motos (Denatran, 2014). Esse crescimento aqueceu o mercado de produtos e serviços direcionados à venda, manutenção e conserto de veículos.

O acesso das famílias a meios de transporte é indicador da evolução favorável da qualidade de vida, porém também é determinante do aumento do número de vítimas de acidentes de trânsito.

Em Mato Grosso do Sul, o comércio exterior apresenta tendência crescente desde 2009. Em 2014 o município importou U\$ 63.137 de sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profilácticos ou de diagnóstico; antissoros, outras fracções do sangue, produtos imunológicos modificados, mesmo obtidos por via biotecnológica; vacinas, toxinas, culturas de microrganismos. Os países de origem dessas importações foram: Suíça (77,44%) e Alemanha (22,56%). Desde 2000 não tem registros de exportação do município (MDIC, 2015).



IV. EVOLUÇÃO RECENTE DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Segundo a RAIS (2014) verifica-se que o número de empresas existentes em Miranda era de 896, gerando um total de 3.651 empregos com carteira assinada. Os setores de comércio e serviços e agropecuário apresentam o maior número de empresas. A maior parte das empresas trabalhavam em atividades do setor do comércio.

EMPRESAS POR SETOR DE ATIVIDADE

Município de Miranda/MS



Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego (2014)

Considerando todos os setores de atividade, a maior parte (99,6%) das empresas existentes em Miranda é Micro ou Pequena Empresa (MPE).

Apesar de, individualmente, as MPEs contratarem poucos funcionários, o volume total de contratações torna-se significativo por existir grande quantidade de MPEs: 66,8% das pessoas empregadas no município trabalham em empresas comerciais e de serviços de até 49 funcionários e empresas agropecuárias, industriais e de construção civil de até 99 funcionários (RAIS, 2014).

Para cálculo das estatísticas a seguir, o NIT (Sebrae) considerou como MPEs apenas empresas privadas, excluindo alguns setores de atividade como: agropecuária, utilidade pública (eletricidade, gás, água, correios, telecomunicações,

serviços financeiros, saúde, educação), administração pública, organizações associativas, serviços domésticos e órgãos internacionais.

Ao considerar somente parte das empresas, a participação das MPEs no emprego diminui para os níveis apresentados a seguir.

CONTRIBUIÇÃO DAS MPEs À GERAÇÃO DE EMPREGO

Município de Miranda/MS

Ano	Total de Empregos		Empregos em MPEs		Participação das MPEs
	Pessoas	Variação Anual	Pessoas	Variação Anual	
2010	3.145		1.087		34,56%
2011	3.140	-0,16%	1.035	-4,78%	32,96%
2012	3.032	-3,44%	1.042	0,68%	34,37%
2013	3.420	12,80%	1.098	5,37%	32,11%

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego in NIT (Núcleo de Inteligência Territorial)

Entre 2010 e 2013, o número de empregos nas empresas de Miranda aumentou 8,74%, enquanto em nível estadual aumentou, em média 13,34% no mesmo período. A contribuição dos pequenos negócios apresentou leve diminuição. Em 2013 ocorreu recuperação no número de empregos, que tinha diminuído em 2012. No município,

28% dos empregos formais correspondiam a funcionários públicos (RAIS, 2014).

Apesar da oscilação registrada nos postos de trabalho, a massa de salários provenientes de todos os estabelecimentos apresentou crescimento permanente ao longo do tempo, como mostrado a seguir.

EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO DE MASSA SALARIAL

Município de Miranda/MS

Ano	Em todas as empresas		Nas MPEs		Participação das MPEs
	R\$ por ano	Variação Anual	R\$ por ano	Variação Anual	
2010	3.196.856		936.259		29,29%
2011	3.478.613	8,81%	903.812	-3,47%	25,98%
2012	3.655.312	5,08%	972.112	7,56%	26,59%
2013	4.472.141	22,35%	1.152.496	18,56%	25,77%

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego in NIT (Núcleo de Inteligência Territorial)

A contribuição dos pequenos negócios na massa salarial do município vem diminuindo nos últimos anos, passando de 29,29% em 2010 para 25,77% em 2013, porém ainda é maior que a média estadual de 21%.

O número de empresas optantes pelo Simples Nacional tem aumentado consideravelmente, tanto em nível estadual quanto no município de Miranda.

As empresas optantes pelo Simples Nacional possuem regime tributário diferenciado simplificado e favorecido. Os benefícios oriundos do Simples Nacional são diversos, com destaque para a redução dos encargos previdenciários, redução da carga tributária e a forma simplificada no recolhimento dos tributos, possibilitando assim maior competitividade às empresas optantes.



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL

Município de Miranda/MS

Ano	Miranda		Mato Grosso do Sul	
	Empresas	Variação Anual	Empresas	Variação Anual
2011	477		68.778	37,46%
2012	586	22,85%	89.072	29,51%
2013	719	22,70%	105.710	18,68%
2014	837	16,41%	124.065	17,36%

Fonte: Receita Federal/Ministério da Fazenda in NIT (Núcleo de Inteligência Territorial)

Entre 2011 e 2014, a quantidade de empresas optantes pelo Simples cresceu 75% no município de Miranda, enquanto a média estadual de aumento foi de 80%.

Com o advento da Lei Geral, surgiu

a figura do Microempreendedor Individual (MEI) que permite a formalização da pessoa que trabalha por conta própria. Para ser Microempreendedor Individual é necessário faturar no máximo R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Município de Miranda/MS

Ano	Miranda		Mato Grosso do Sul	
	MEIs	Variação Anual	MEIs	Variação Anual
2011	150		27.876	91,04%
2012	230	53,33%	42.906	53,92%
2013	327	42,17%	56.252	31,11%
2014	409	25,08%	69.707	23,92%

Fonte: Receita Federal/Ministério da Fazenda in NIT (Núcleo de Inteligência Territorial)



Geralmente, os empreendedores que aderiram ao MEI são pessoas que possuíam negócios informais, sem nenhum tipo de segurança trabalhista nem direitos previdenciários, ou seja, ficavam à margem da lei. Entre 2011 e 2014, o aumento da quantidade de registros de MEIs em Miranda foi de 173%, superior

à média estadual de 150%.

A intensidade com que o município utiliza o seu poder de compras a favor dos pequenos negócios locais e regionais é considerada mediana, proporcionando algumas oportunidades aos empresários locais (NIT, 2011).

V. FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS

A seguir são destacados alguns aspectos relevantes do município que favorecem a instalação de novos empreendimentos.

V.1. ASPECTOS FÍSICOS E NATURAIS

Geologicamente, o município de Miranda apresenta rochas do período Pré-combriano, Grupo Cuiabá e Grupo Corumbá, do período pleistoceno, Formação Pantanal e Aluviões Atuais do holoceno.

No município são encontrados diversos tipos de solos, concentrados em Podzólico Vermelho Escuro nas

porções leste e oeste o Plintossolo e o Vertissolo ao norte e o Regossolo ao sul do município. A maior parte do território (58,90%) está dividida entre Podzólico Vermelho Escuro (23,8%), Planossolo (18,9%) e Vertissolo (16,2%) e com necessidade de correção da fertilidade natural dada à deficiência de elementos nutritivos.

Em 2010 existia uma reserva de 374.096 (t) de areias industriais, 2.556.173.715 (t) calcário, 1.476.057 (t) de dolmito e mangnesita.

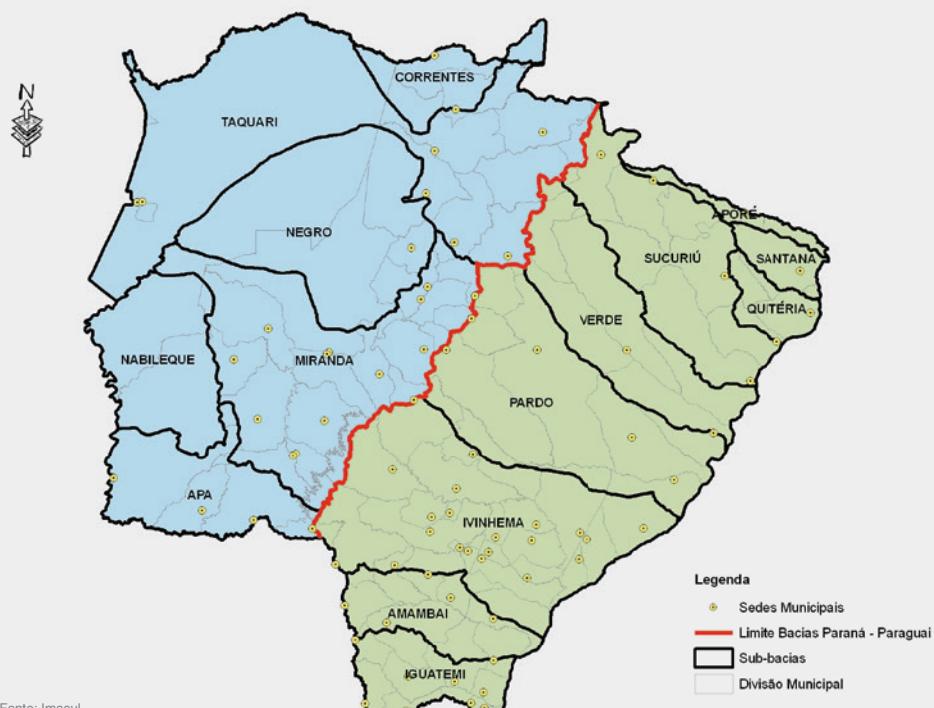
As cotas altimétricas do município variam entre 100 a mais de 600 me-

tros. O clima é caracterizado como Termoxeroquiênico Atenuado.

Miranda pertence à Bacia Hidrográfica do Paraguai, sub-bacia do Rio Miranda, Rio Aquidauana e Complexo do Panta-

nal. Os principais rios são: Rio Miranda, Rio Salobra e Rio Agachi. Conta com grande quantidade de nascentes no território e seus limites com outros municípios são marcados por cursos d'água.

FIGURA 1. MAPA DE BACIAS E SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.



No território do município de Miranda há, segundo Diário Oficial de

MS (2012), seis unidades de conservação ambiental.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Município de Miranda/MS

Nome	Área (ha)
RPPN Est. Portal do Pantanal Sul I	119,4977
RPPN Est. Portal do Pantanal Sul II	320,1289
TI Cachoeirinha	2.658,0000
TI Lalima	3.000,2101
TI Pilad Rebuá	208,3702
RPPN Fed. Dona Aracy (Calman)	4.010,3674
Total	10.316,5743

Fonte: Diário Oficial de MS, 28-12-2012

Por dispor de unidades de conservação no seu território, a administração municipal participa do repasse aos municípios da arrecadação de ICMS Ecológico. O ICMS Ecológico é um dos critérios de rateio do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre os municípios do Estado. Estipula um percentual de

5% do imposto para ser dividido entre os municípios que tenham parte de seu território integrando terras indígenas homologadas e unidades de conservação devidamente inscritas no cadastro estadual, ou ainda que possuam plano de gestão, sistema de coleta seletiva e de disposição final de resíduos sólidos.

V.2. RECOMENDAÇÃO DE EXPLORAÇÃO TERRITORIAL

O Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE) é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente e teve como objetivo, na sua Primeira Aproximação, em 2009, “estabelecer normas técnicas e legais para o adequado uso e ocupação do território, compatibilizando, de forma sustentável, as atividades econômicas, a conservação ambiental e a justa distribuição dos benefícios sociais”, com base em dados secundários. Na Segunda Aproximação, em 2015, foi feito um “diagnóstico multidisciplinar para identificar as vulnerabilidades e as potencialidades específicas ou preferenciais de cada uma das áreas, ou subespaços do território”.

A carta de Gestão Estratégica do Território do estudo de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-MS, 2015) contém os seguintes componentes: Áreas produtivas e críticas, Arcos de Expansão, Eixos de Desenvolvimento e Polos de Ligação.

O ZEE-MS delimitou 5 eixos de de-

senvolvimento, considerando como base os corredores rodoviários pavimentados e estradas de ferro. Nessa distribuição, o município de Miranda pertence ao Eixo de Desenvolvimento da Indústria, que liga Corumbá a Três Lagoas, com a função de expandir a capacidade industrial do Estado, aproveitando as potencialidades estabelecidas, mas também reorientando a distribuição espacial da produção industrial. O município também pertence ao Eixo de Desenvolvimento do Turismo, que liga três regiões com grande potencialidade para atividades turísticas: o Pantanal, o circuito de águas transparentes e a fronteira (ZEE-MS, 2015).

Segundo o ZEE-MS (2015), o município de Miranda tem ligação com o polo de Campo Grande, que é uma cidade regional, considerada Polo Macroeconômico de Ligação devido à sua localização ou às instalações disponíveis que se apresentam como nós de articulação entre as malhas de transporte e os eixos de desenvolvimento.



O ZEE-MS (2009) delimitou Zonas Ecológico-Econômicas como porções de território com diversas utilizações do solo e potencialidades socioeconômicas. As zonas foram delimitadas com o objetivo de organizar o uso e a ocupação do solo e o ZEE (2015) aprofundou os estudos geoambientais e socioeconômicos de cada zona. O município de Miranda localiza na Zona da Proteção da Planície Pantaneira, uma zona crítica de conservação, onde é recomendado “o estabelecimento de planos de recuperação e conservação de cabeceiras de mananciais e áreas de preservação permanente, especialmente em encostas protegidas ou furnas. Considerando a sua condição geográfica, deve-se priorizar nesta Zona programas público-privados, visando inserir os produtos pantaneiros tradicionais e os produzidos na própria região, nos mercados nacionais e internacionais diferenciados, mediante estímulo aos processos de certificação social, de origem ambiental e empresarial, de adoção de sistemas de produção orgânica, e mecanismos de desenvolvimento limpo, entre outros, como forma

de alavancar alternativas viáveis de revitalização econômica, sem agressão da vizinha planície pantaneira.” Parte do território de Miranda encontra-se na Zona da Depressão do Miranda, uma zona produtiva onde são apoiadas “medidas que reduzam os impactos ambientais através de pagamento por serviços ambientais, como mecanismos de compensação econômica para proprietários de terras que conservem os recursos naturais acima das obrigações impostas pela legislação, principalmente no que se refere à manutenção de formações vegetais primárias. Os empreendimentos consolidados de turismo rural, em especial de ecoturismo e turismo pesqueiro, associado ao potencial para turismo de Patrimônio Histórico Cultural, indicam a importância de iniciativas de incentivo ao desenvolvimento e à manutenção da atividade turística na região. É uma região de pecuária histórica e cultural, mas que também apresentam núcleo de modernização tecnológica, como melhoramento genético do rebanho de corte. Tradicionalmente, harmoniza-se com a conservação da biodiversidade

ainda que demande adoção de práticas de conservação de solos, nem sempre presentes" (ZEE, 2015).

Alinhadas à recomendação do ZEE, iniciativas de exploração econômica no território estão sendo desenvolvidas, a exemplo de pecuaristas localizados dentro dos limites geográficos do Pantanal Brasileiro, que empreendem projeto para implementar um sistema de produção de Pecuária Orgânica e Certificada, alinhado à agregação de valor aos produtos da região, promoção da cultura local e preservação do meio ambiente. No território do Pantanal sul-mato-grossense desde 2008 14 propriedades são acompanhadas por certificadoras e, em parceria com frigorífico do Esta-

do, exportam carne com 10% do valor do abate acima da média do preço do mercado tradicional (Associação Brasileira de Pecuária Orgânica – ABPO, 2015).

A pecuária é tradição na planície do Pantanal há mais de 270 anos, sendo considerada fator de conservação ambiental, estudos com a participação das organizações não-governamentais e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) - unidade Pantanal, revelou que cerca de 87% da vegetação original da região está conservada, o que coloca esse ecossistema como o mais conservado do País. Neste aspecto, a região tem aptidão natural para o desenvolvimento de uma pecuária orgânica, sustentá-



MIRANDA



vel em termos ambientais, com critérios de responsabilidade socioambiental que inclui o bem-estar dos animais, a conservação do meio ambiente, e todo o processo de produção (criação dos animais, processamento dos produtos e venda ao consumidor) é rastreado e auditado. O sabor específico da carne é garantido pelo uso das pastagens nativas do Pantanal e pela seleção genética dos animais.

Outra oportunidade territorial confere ao mel da região do Pantanal que conquistou em 2015 o registro de “Indicação Geográfica - IG” (Lei da Propriedade Industrial 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI/96 - INPI). O IG é concedido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de distingui-los em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer dos seus moradores.



Há duas **classificações de IG**, a **Indicação de procedência (IP)** e a **Denominação de Origem (DO)**. A primeira refere-se ao nome geográfico do país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço (Lei 9.279/1996 – Art.177). Atualmente o Brasil tem 35 IPs, como o Mel do Pantanal do Brasil (MS/MT), o Queijo da Serra da Canastra (MG), a Carne do Pampa Gaúcho (RS) e o Capim Dourado da Região do Jalapão (TO). Já a **Denominação de Origem** designa além da localidade (origem), os produtos ou serviços cujas qualidades ou características se devam essencialmente ao meio geográfico onde se localiza incluído aspectos naturais (solo, clima, tipografia) e humanos (forma tradicional de produzir) (Lei 9.279/1996 – Art. 178). O país tem oito DOs registradas, como o Vale dos Vinhedos (RS), a Própolis Vermelha e o Extrato de Própolis Vermelha (AL) e o Café da região do Cerrado Mineiro (MG) (INPI, 2015).

A Indicação de Procedência do Mel do Pantanal foi requerida pelo Conselho das Cooperativas, Associações, Entrepôstos e Empresas de Afins à Apicultura do Pantanal do Brasil (CONFENAL). Para a conquista do selo nos produtos, os produtores precisam cumprir os requisitos de controle previsto no regulamento de Produção da Indicação de Procedência do Mel do Pantanal do Brasil desenvolvido para o produto, registrar seu apiário para obter o georreferenciamento do local com homologação dos órgãos estaduais, IAGRO, em Mato Grosso do Sul, e INDEA, em Mato Grosso. A partir da localização exata, o produto passa a

ser rastreado desde sua produção até o envasamento, que deverá ser feito em entrepostos credenciados pelo Conselho das Cooperativas, para garantir a qualidade e integridade do produto apícola pantaneiro produzido com normas de proteção ao ecossistema do Pantanal.

A indicação geográfica registrada no INPI para o Mel do Pantanal surge como fator decisivo para garantir a proteção do nome geográfico e, desta forma, obter uma diferenciação deste produto com exclusividade no mercado.



V.3. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A sede do município de Miranda tem acesso rodoviário pela BR 262, que liga Campo Grande a Corumbá. Miranda está a 206 km de Campo Grande e 223 km de Corumbá. A sede do município não dispõe de porto fluvial.

Na área do município de Miranda não existem empreendimentos geradores de energia elétrica. A distribuição de energia elétrica no município de Miranda é realizada pela empresa Energisa (Enersul).

Na área de comunicações, o município de Miranda dispõe de 5 prestadoras de banda larga fixa que, em 2014, mantiveram 968 conexões. Nesse ano havia 1.603 telefones fixos e 112 telefones públicos. Os municípios dispõem de uma emissora comercial de rádio FM e seis retransmissoras de TV comercial (Ministério Das Comunicações, 2015).

A infraestrutura de saúde do município contava, em 2013, com 5 cen-

tos de saúde e dois hospitais gerais. Há 36 leitos hospitalares disponíveis, sendo 14 do Sistema Único de Saúde – SUS (BDE/Semac).

Na área de educação, o município conta com três escolas estaduais urbanas, que oferecem ensino fundamental e médio. Uma delas oferece ensino para jovens e adultos. Há duas escolas estaduais rurais de ensino médio. As escolas municipais incluem quatro centros de ensino infantil, cinco escolas de ensino fundamental urbanas e quatro rurais. Somente há duas escolas particulares, uma delas oferece educação infantil e ensino fundamental e a outra do ensino infantil até o ensino médio. Há uma escola particular rural e uma escola de educação especial.

Miranda tem quatro agências bancárias e 5 postos de atendimento bancário (Fenabran, 2015). Existe uma agência dos Correios na cidade (RAIS, 2013). O município dispõe de Agências Estaduais Fazendárias

(SEFAZ), IAGRO, AGRAER e do DETRAN. Não tem agência da Junta Comercial nem Unidade do Corpo de Bombeiros.

Segundo Saboya (2007, p. 39), “Plano Diretor é um documento que sintetiza e torna explícitos os objetivos consensuados para o município e es-

tabelece princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano convirjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos”. O município de Miranda dispõe de Plano Diretor desde 2006, instaurado pela Lei 1104/2006.

V.4. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Outro elemento de grande impacto nas condições de competitividade do município, por estar relacionado à capacidade de oferta e atração de mão-de-obra qualificada, são as condições de capacitação oferecidas no local, a existência de centros de pesquisa e laboratórios, que são diferenciais relevantes, já que o desenvolvimento de pesquisas, em geral, possibilita um maior

intercâmbio com a esfera produtiva.

Em nível de ensino superior, o município de Miranda dispõe de cinco universidades. Para apoio à extensão técnica rural, o município possui uma Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER. Existe, no município, um laboratório de análises clínicas.



V.5. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei Geral estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado aos pequenos negócios, por parte do poder público.

Esta Lei proporciona diversos benefícios às MPEs, tais como: simplificação no processo de abertura, al-

teração e encerramento das MPEs; regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições; dispensa no cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias; preferência nas compras públicas; entre outras. Se a Lei foi implementada no município quer dizer que, de fato, a lei saiu do papel.

NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM LEI GERAL IMPLEMENTADA Brasil e Mato Grosso do Sul

Ano	Brasil		Mato Grosso do Sul	
	Municípios	Percentual	Municípios	Percentual
2012	850	15%	18	23%
2013	1.634	29%	32	41%
2014	2.368	43%	40	51%
2015	2.458	44%	41	52%

Fonte: NIT. Esses dados passaram a ser mensurados em 2012.

Mais da metade dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul já implementaram a Lei Geral, percentual acima da média nacional. O município de Miranda aprovou a sua Lei Geral

na lei nº 29/2010, de 16 de novembro de 2010. Considerando alguns critérios de aplicação prática das medidas previstas em lei, o município ainda não teve a sua Lei Geral Implementada.

Em Miranda não foi instalada a Sala do Empreendedor, que no futuro poderá ser um espaço para oferecer informações aos empresários sobre procedimentos de formalização e fontes de crédito e auxiliar a abertura de MEIs. O município tem um Agente de Desenvolvimento nomeado.

Dentre os Arranjos Produtivos Locais em atividade no Estado, o município de Miranda participa do APL do Turismo Rota Pantanal Bonito, junto com outros 12 municípios, do APL da Apicultura Região do Pantanal, junto com outros 9 municípios e do APL do Leite Fronteira Oeste, junto com outros 11 municípios.

A Lei nº 11.947/09 estabelece que no mínimo 30% dos recursos repassados a estados e municípios pelo Governo Federal destinados à alimentação escolar sejam empregados na compra de produtos da agricultura familiar. Esta medida oferece mercado

aos produtores da agricultura familiar dos municípios.

Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário para 2014 o município de Miranda deveria comprar alimentos dos produtores da agricultura familiar no valor de R\$ 128.652,00.

Segundo o INCRA (2015), no município de Miranda existem 2 assentamentos que abrigam 137 famílias, em uma área total de 4.283,44 hectares.

O município de Miranda pertence ao Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa (CIDE-MA), junto com outros 13 municípios (OCPF, 2015).

A administração municipal recebeu, ao longo do ano de 2014, repasses do Governo Estadual de mais de 10 milhões de reais.

REPASSE EFETUADOS PELO GOVERNO ESTADUAL EM 2014

Município de Miranda/MS

Repasso referente: Janeiro a Dezembro 2014	Total
Controle de FIS Saúde dos municípios	129.863,25
Controle de Repasse de IPVA aos municípios	761.297,08
Controle de Repasse de IPI Exportação aos municípios	103.308,79
Controle de Repasse do FIS aos municípios	158.721,75
Controle de Repasse de ICMS aos municípios	8.761.523,83
Controle de Repasse da CIDE aos municípios	8.851,27
Controle de Repasse Fundersul – Combustíveis	274.479,45
Controle Repasse Fundersul – Prod. Agropecuária	568.341,32
Total	10.766.386,74

Fonte: Governo de MS: <http://www.portaldatransparencia.ms.gov.br/Repasso>

Durante o ano de 2014, os repasses recebidos pelo município do Governo Federal totalizaram 31,65 milhões de reais. Portanto, a ad-

ministração municipal de Miranda recebeu, em 2014, recursos de repasses que superaram os 42 milhões de reais.

V.6. INVESTIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS

No município de Miranda, ao longo do ano de 2014, o Banco do Brasil realizou a contratação de um total de R\$ 39.410.406,66 em 47 ope-

rações de crédito do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, rural e empresarial (Banco do Brasil, 2015).

VI. OPORTUNIDADES PARA EMPREENDER NO MUNICÍPIO

A partir das informações coletadas em Miranda através da metodologia do Desenvolvimento Econômico Territorial – DET e, seguindo a sinalização dos diagnósticos e das percepções das lideranças, representantes dos setores privado e público do município entrevidados e participantes das oficinas, tais como Vereador, Secretário de Habitação, Assessor

Parlamentar, Prefeitura, SEBRAE, Câmara Municipal, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras, Associação Comercial, Secretaria de Turismo e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deduz-se que algumas atividades apresentam fortes oportunidades para implantação e/ou ampliação no município, quais sejam:

1. AGROPECUÁRIA



- Agricultura familiar: Produção de frutas, verduras e hortaliças para atender à demanda de PAA e PNAE;
- Produção de leite e derivados;
- Produção de frutas e verduras;
- Produção de pescado e derivados.



2. INDÚSTRIA



- Agroindústrias para beneficiamento de frutas e verduras;
- Agroindústrias para beneficiamento da produção local;
- Agroindústrias para beneficiamento de couro e produtos da pecuária;
- Pequenas indústrias de apoio aos grandes empreendimentos da região e do Estado – base asfáltica, minério, pré-moldados para a construção civil, montadoras de móveis, entre outras;
- Produção de pães, bolos e doces caseiros.

3. COMÉRCIO E SERVIÇOS



- Cinema com potencial para atrair público de Campo Grande em atividades noturnas;
- Facilidade de deslocamento para entrega de produtos do Ceasa para coleta de produção local e posterior comercialização;
- Hotéis, restaurantes, padarias com lanchonetes, centro gastronômico e de eventos socioculturais regionais com divulgação e atração dos turistas do Estado e fora dele e que circulam pela rodovia;
- Livrarias com espaços de estudo e lanchonete;
- Loja de departamentos/ vestuários e demais utilitários;
- Postos de combustíveis.

As informações aqui apresentadas não correspondem a um estudo de viabilidade. A decisão de abrir ou expandir um empreendimento deve ser respaldada por um Plano de Negócios elaborado pelo empresário, considerando todos os aspectos do negócio e do mercado onde pretende atuar.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Miranda apresenta como fator favorável a ligação asfáltica de boa qualidade com as principais regiões de Mato Grosso do Sul e a estrutura geral de logística para grandes negócios, como a Ferrovia e a proximidade relativa do Aeroporto Internacional de Campo Grande. Outros fatores também podem ser considerados relevantes, como a proximidade da Bolívia, via Corumbá, assim como a proximidade do transporte fluvial pelo Rio Paraguai. Assim, o acesso aos principais mercados no Estado, no País e do MERCOSUL, credencia o município como potencial econômico do Estado.

No setor de comércio e serviços, a principal alternativa é a estrutura para atendimento de público local que deseja alternativas de lazer ligadas ao interior e com facilidade de acesso. Por meio destas alternativas de eventos e gastronomia o comércio e atração turística local

serão alavancados e os serviços serão demandados com maior intensidade.

Outro destaque de Miranda e que pode ser fortalecido está na agroindustrialização de pequeno e grande portes, sobretudo de produtos da agricultura familiar. O município está localizado estrategicamente no Estado de Mato Grosso do Sul e poderia agregar maiores valor à sua produção. A dinamização das atividades dos pequenos negócios poderá facilitar principalmente o consumo de leite com valor agregado aos derivados, carnes, verduras, frutas e derivados de pesca, além da produção de grãos e carnes.

As unidades de processamento de produtos principalmente em apoio aos agricultores familiares propiciarão inúmeras oportunidades de agregação de valor, inclusive para comercialização local aos

turistas que passam pela rodovia com destino a Corumbá e Bonito. As atividades do agronegócio em propriedades de grande porte estão concentradas na pecuária de corte, inclusive de alta linhagem e na agricultura.

As citações em torno da necessidade de capacitação e de especialização de atividades desenvolvidas por pequenos empresários, empreendedores individuais e agricultores familiares, tornaram-se destaque nos contatos e levantamento de informações no município. Portanto estes segmentos apoiados podem ser mais atrativos pela possibilidade de fornecimento para grandes empresas e por consequência uma maior circulação de recursos no município.

Considerando a condição geográfica do município, o estudo do Zoneamento Ecológico-Econômi-

co do Governo do Estado (2015) recomenda “priorizar programas público-privados, visando inserir os produtos pantaneiros tradicionais e os produzidos na própria região, nos mercados nacionais e internacionais diferenciados, mediante estímulo aos processos de certificação, de origem ambiental e empresarial, de adoção de sistemas de produção orgânica, e mecanismos de desenvolvimento limpo, entre outros, como forma de alavancar alternativas viáveis de revitalização econômica, sem agressão da vizinha planície pantaneira”.

Iniciativas no território, alinhadas a esta recomendação, estão sendo desenvolvidas abordando segmentos da economia criativa e turismo, pecuária orgânica e o registro de indicação de procedência do Mel do Pantanal. Na área da cultura e turismo, nove municípios pantanei-

ros do território atuam em associação para a implantação do projeto “Rota Cultural do Pantanal - Fortalecimento das redes de empreendimentos criativos com ênfase na Cultura Pantaneira”, visando o aumento da competitividade e sustentabilidade da cadeia produtiva da cultura e turismo, com a execução de ações ou serviços públicos de interesse comum para o desenvolvimento social, a preservação socioambiental e para iniciativas integradas de geração de trabalho e renda. São eles: Aquidauana, Bodoquena, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda, Porto Murtinho, Rio Verde de Mato Grosso e Sonora.

Com o registro de Indicação de Procedência (IP) do Mel do Pantanal, concedido pelo INPI em 2015,

apicultores de Mato Grosso do Sul podem se beneficiar. Esse é o primeiro registro de uma região produtora de mel no Brasil e também a primeira do Centro-Oeste. Agora, o Pantanal é reconhecido pelo mel produzido neste território, os produtores comprovaram a excelente reputação do mel produzido na região, com características próprias de um ambiente natural, e abrem-se novas oportunidades de mercado e valor agregado aos produtos obtidos da meliponicultura do Pantanal.

Na pecuária orgânica, 14 propriedades do território do Pantanal sul-mato-grossense foram certificadas e em parceria com frigorífico exportam carne que premia com valor agregado em 10% a toda cadeia produtiva.



MIRANDA





Lei Geral Implementada promove o desenvolvimento socioeconômico do município fortalecendo as micro e pequenas empresas por meio das compras públicas.

- 1** O governo e a prefeitura que implementam a Lei Geral garantem aos pequenos negócios locais a facilidade de acesso às compras públicas.
- 2** A Microempresa (ME), a Empresa de Pequeno Porte (EPP) e o Microempreendedor Individual (MEI) formalizados oferecem produtos e serviços com qualidade e podem se habilitar para fornecer para órgãos públicos.
- 3** Um exemplo é a aquisição de uniformes e material de escritório para órgãos públicos.
- 4** Acessando a novos mercados, a ME, a EPP e o MEI investem no crescimento e melhoria dos negócios e, podem contratar mais empregados.
- 5** A geração de novos empregos propicia o consumo local e a distribuição de renda em outros negócios, movimentando a economia.
- 6** Com mais espaço no mercado, as empresas vendem e contratam mais e geram maior arrecadação de impostos para a Prefeitura Municipal e Governo do Estado.
- 7** O dinheiro arrecadado com os impostos volta para o Estado ou para a cidade em forma de investimentos e em melhorias dos serviços públicos.

ANOTAÇÕES



Acesse o Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, informações de 5.570 municípios para a consulta de indicadores municipais ou territorial. Acesse o endereço www.nit.sebrae.com.br.

ANOTAÇÕES



Acesse o Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, informações de 5.570 municípios para a consulta de indicadores municipais ou territorial. Acesse o endereço www.nit.sebrae.com.br.



DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Descubra que pequenas mudanças podem trazer lucro para as empresas e sustentabilidade para o planeta. Conheça as Dimensões da Sustentabilidade. Material desenvolvido pelo Centro Sebrae de Sustentabilidade.

Acesse <http://sustentabilidade.sebrae.com.br/dimensoes/>





APOIO

AMEMS



CAIXA

FAEMS

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS
DO MATO GROSSO DO SUL



FIEMS



REALIZAÇÃO

SEBRAE

SEMADE
Secretaria de Estado de Meio Ambiente
e Desenvolvimento Econômico

